

Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil¹

José Eustáquio Alves, Suzana Cavenaghi,
Luiz Felipe Barros e Angelita A. de Carvalho

Introdução

Os dados dos censos demográficos do IBGE mostram que o Brasil está passando por uma grande transformação na sua moldura de filiações religiosas. A aceleração das mudanças econômicas, sociais e demográficas, passando de uma conformação rural-agrária para uma configuração urbano-industrial, provocou descontinuidades entre uma época marcada pelo baixo ritmo de mudança e uma nova era, de ritmo acelerado, em que o tempo e o espaço são mutáveis e constantemente desestabelecidos. Na segunda modernidade, como mostrou Giddens (1991), a reflexividade passa a ser uma característica fundamental das ações humanas, havendo diferentes “mecanismos de desencaixe” que deslocam as relações sociais dos seus contextos locais de interação. A ordem social tradicional tem sofrido sucessivos abalos e liberado forças reprimidas e concentradas que explodem em novas formas de relacionamento, gerando uma dinâmica de ondas consecutivas de mudanças e inovações que se difundem pelo território nacional, em diferentes ritmos, às vezes superpostas, mas ainda sem encontrar uma nova acomodação. As novas gerações vivem em um mundo diferente daquele dos seus antepassados e são mais suscetíveis à migração religiosa, às novas formas de pertencimento e às diferentes experiências religiosas, não necessariamente institucionalizadas.

1. Este artigo é resultado de pesquisa que contou com o apoio recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, Edital Universal.

Os quinhentos anos de hegemonia católica no Brasil não significaram exclusividade e ausência de outras filiações religiosas e demais religiosidades. A população indígena, que sofreu um genocídio nos primeiros séculos da colonização (Livi Bacci, 2002), não deixou de praticar, a seu modo, as tradições religiosas ameríndias e a espiritualidade dos povos da floresta, embora, numericamente, essas práticas estejam presentes em uma fração pequena da população brasileira. No período colonial e na vigência da escravidão houve uma consolidação das religiões africanas por meio de ressignificações de crenças e ritos que passaram a fazer parte da cultura do país e dos processos de interação étnica e racial (Bastide, 1971). Mas o número de pessoas que se declaram adeptas das religiões afro-brasileiras nunca foi muito grande nos levantamentos censitários. O fato é que, com a miscigenação e o sincretismo religioso, as terras brasileiras tornaram-se palco do encontro de três grandes tradições culturais: a católica europeia, a nativa das Américas e a africana, com clara hegemonia da primeira. Dessa forma, no período colonial, prevaleceram a dominação portuguesa e o catolicismo como religião oficial: “A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos” (Fausto, 1995, p. 60). Após a Independência (1822) chegaram ao Brasil imigrantes ingleses anglicanos e imigrantes europeus luteranos, especialmente em Nova Friburgo-RJ, São Leopoldo-RS e na região serrana capixaba (Mafra, 2001). Essa migração teve importância na formação de alguns municípios brasileiros que já nasceram com maioria protestante. Porém, o Censo demográfico de 1890 apontava que os católicos representavam 99% da população brasileira.

A presença dos chamados “evangélicos de missão” aumentou ao longo do tempo, mas o crescimento expressivo das filiações protestantes só adquiriu expressão de ameaça à hegemonia católica após as sucessivas ondas de crescimento das denominações pentecostais que ocorreram a partir do início do século xx. A primeira onda, chamada de “pentecostalismo clássico”, teve início em 1910 com a fundação da Congregação Cristã no Brasil e, em 1911, com a Assembleia de Deus. A segunda onda teve início em 1950 com a fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ). A terceira onda – chamada neopentecostal – começou em 1970 e deu origem à Igreja Universal do Reino de Deus, à Igreja Internacional da Graça de Deus, à Igreja Renascer em Cristo, entre outras (Mariano, 1996).

Nota-se, portanto, que os cristãos (católicos apostólicos romanos + evangélicos tradicionais e pentecostais) são o grupo religioso amplamente majoritário. Mas o aumento da pluralidade religiosa fez o percentual de cristãos cair de 97% em 1970, para 89,3% em 2000 e para 86,8% em 2010. Além disso, dentro desse grupo há um movimento acelerado de queda dos católicos e de crescimento dos evangélicos.

Esse processo de transição religiosa não é exclusivo do Brasil, mas ocorre em outros países da América Latina. O estudo “Religião na América Latina”, do Insti-

tuto de Pesquisas PEW (2014), mostrou que o número de pessoas que se declaram protestantes continua crescendo em todo o continente, enquanto aquelas criadas no catolicismo vêm deixando a religião. No total da região, 69% dos latino-americanos identificam-se como católicos, apesar de 84% afirmarem ter o catolicismo como religião de criação. No Brasil, uma em cada cinco pessoas é ex-católica. Ainda segundo o Instituto PEW, o Brasil, embora com a maior população católica do planeta, tinha somente 61% dos habitantes declarando-se católicos (menos que no Censo 2010). O instituto considera que até 2030 o Brasil não terá mais maioria católica.

Diversos estudos já apontavam para o processo de perda da hegemonia católica, como os artigos de Sanchis (1997) e Decol (1999). Em seu título, o artigo de Birman e Leite (2002) perguntava: “O que aconteceu com o antigo maior país católico do mundo?” Com a divulgação do Censo demográfico 2010, do IBGE, os estudos se multiplicaram. No texto “Números e narrativas”, a pesquisadora Clara Mafra, que agregou o grande conhecimento das abordagens teóricas com a prática empírica de consultora externa do IBGE para classificação das religiões, oferece uma visão panorâmica da dinâmica religiosa com base nos dados do Censo 2010 e observa: “Para desenvolver suas habilidades analíticas, os especialistas de religião deveriam ter uma quantidade maior de números brutos de origem censitária para trabalhar” (Mafra, 2013, p. 14). Steil, comentando o texto anterior, recomenda evitar tratar “cada igreja ou grupo religioso num território fechado, ainda que poroso e marcado por um trânsito intenso de fiéis, símbolos, ideias e objetos” (Steil, 2013, p. 29). Mariz (2013) chama a atenção para a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre a metodologia de pesquisa do IBGE e as mudanças ocorridas no campo religioso.

Evidentemente, não se deve “reduzir a pluralidade do campo religioso brasileiro à mera polarização minorias \times majorias” como apontou Fernandes (2015, p. 305). Mas sem desconsiderar as recomendações metodológicas e teóricas e as diferentes possibilidades de análise, alguns artigos recentes concentram suas análises nos movimentos mais agregados da mudança religiosa brasileira e estimam que os católicos podem perder a maioria populacional até 2030 e podem ser ultrapassados pelos evangélicos até 2040 (Alves *et al.*, 2012; Camurça, 2013; Coutinho e Golgher, 2014).

Considerando que a transição religiosa é um fenômeno que está em curso e precisa ser mais bem quantificado, qualificado e compreendido, o objetivo deste artigo é analisar o processo de mudança da hegemonia religiosa entre os dois maiores grupos religiosos do Brasil: católicos e evangélicos. Não é foco deste texto analisar o quadro da diversidade e da pluralidade religiosa que acompanha o processo de transição, bem como as especificidades das diferentes denominações evangélicas em curso e do grupo dos sem religião. Outros artigos já trabalharam e deram importantes contribuições ao estudo da questão da distribuição espacial das filiações religiosas

e a “geografia das religiões” no Brasil, com um olhar mais quantitativo, particularmente os textos “Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil” (Jacob *et al.*, 2003) e “Religião e território no Brasil: 1991/2010” (*Idem*, 2013). Contudo, a novidade do presente artigo é trabalhar, de maneira específica, um indicador sintético da transição religiosa que é a razão entre evangélicos e católicos (REC) para todos os municípios brasileiros, o que permite realçar as principais especificidades ocorridas nas grandes regiões brasileiras e nas Unidades da Federação. A importância desta análise é também dar subsídios para entender a dinâmica das tendências locais e regionais, com vista a uma melhor previsão da evolução da transição religiosa e um quadro mais provável no futuro próximo da distribuição das afiliações religiosas no Brasil, uma vez que a razão entre evangélicos e católicos é considerada uma alavanca para essa transição, culminando em um aumento tanto da pluralidade como do segmento dos sem religião.

Abordagens sobre as transformações religiosas no Brasil

Existe um consenso na literatura dos estudos de religião de que a Igreja católica perdeu sua antiga condição de monopólio e pilar da sociedade, deixando de ser “a religião dos brasileiros” (Menezes, 2012, p. 10). Outro consenso é que, nas últimas décadas, há uma “transformação do campo religioso no Brasil” (Sanchis, 2012, p. 5). De fato, o declínio do catolicismo já vinha sendo objeto de estudo, pelo menos, desde a década de 1970 (Camargo, 1971). Porém, não havia clareza e concordância sobre o ritmo e o grau da queda da religião hegemônica. Não estava claro se era um movimento pendular, de fluxo e refluxo, tipo conjuntural, ou de um processo de transição estrutural das filiações religiosas no Brasil.

Analisando as transformações do campo religioso brasileiro com base nos dados de uma pesquisa do final da década de 1990, Almeida e Montero (2001) constatam que os católicos funcionam como uma espécie de “doador universal”, de onde todos os segmentos arrematam boa parte dos seus fiéis. Porém, consideram a possibilidade de uma reversão da queda por meio de uma “readesão” a um catolicismo renovado e reformado:

O quadro geral, portanto, é de perda de católicos, tendo como base os dados censitários de 1980 e 1991. Mantida esta tendência, muito provavelmente essa geração que se encontra entre 26 e 40 anos produzirá, em alguns anos, uma população ainda menos católica, devido ao crescimento vegetativo de outras religiões, além da sua capacidade de atração de novos adeptos. Em contrapartida a esta projeção, a consolidação do movimento carismático pode inverter esse comportamento ao promover a “readesão” ao catolicismo (Almeida e Montero, 2001, p. 93-94).

Os autores trabalham com a ideia de “trânsito religioso”² e de circulação de pessoas pelas diversas alternativas religiosas. Assim, o trânsito teria “mão dupla”, embora os autores considerem que o fluxo principal ocorra principalmente das denominações tradicionais para as pentecostais e “muito pouco no sentido inverso” (*Idem*, p. 100). Em outro momento, perguntado se o Brasil terá uma maioria pentecostal, Almeida (2008) não dá uma resposta conclusiva, mas considera pouco provável uma maioria evangélica no Brasil. Em um texto mais recente, denominado “Transição religiosa no Brasil”, Almeida e Barbosa (2015) consideram a transição mais do ponto de vista do aumento da pluralidade do que da mudança de hegemonia entre católicos e evangélicos.

Considerando a existência de uma transição católica e uma evangélica, Freston (2010) acredita que a debilidade institucional levará forçosamente à perda do *status* da Igreja católica e à diminuição de seu número de fiéis, mas a queda teria um piso em torno de 40%. Ao mesmo tempo, o crescimento das filiações evangélicas teria um teto (menos de 40%), já que, segundo o autor, o protestantismo recebe pouco mais de uma em cada duas pessoas que abandonam o catolicismo no Brasil.

Em contraponto, o pesquisador Marcelo Neri (2007), no estudo *Economia das religiões*, vislumbrou a interrupção da queda dos católicos no Brasil. Comparando dados do Censo demográfico de 2000 com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2003/2004, concluiu que o processo de declínio dos católicos havia estancado:

O trabalho atual demonstra, a partir do processamento de microdados de alta qualidade estatística produzidos pelo IBGE, que pela primeira vez em mais de um século a proporção de católicos no Brasil parou de cair, mantendo-se surpreendentemente estável no primeiro quarto de década, com 73,79% em 2003 (Neri, 2007, p. 4)³.

Todavia, outros estudos da época apontavam não somente para a continuidade da queda dos católicos, mas também para a falta de dinamismo de outras religiões tradicionais, como os evangélicos de missão, a umbanda e o candomblé. No artigo “Bye bye, Brasil”, Pierucci chama a atenção para o processo de “pós-traditionalização religiosa acelerada”. Ele constata: “Três das principais religiões classificadas pela sociologia como tradicionais, mesmo que cada qual seja tradicional à sua maneira,

2. Almeida (2008) pensa o trânsito religioso em três dimensões: (a) como mobilidade, pluralismo, diversidade, mercado; (b) como circulação de conteúdos simbólicos e práticas rituais por meio de cópias, oposições, concorrência; (c) a terceira dimensão enfoca o indivíduo, em vez da análise do ponto de vista da instituição.
3. O coeficiente de variação do censo é muito diferente da POF, assim como o grau de cobertura e a metodologia das duas pesquisas. O IBGE não recomenda fazer comparações desse tipo, sem as devidas precauções.

mostram hoje sérios sinais de cansaço, mais do que isso, de exaustão em sua capacidade de reprodução ampliada” (2004, p. 17).

O Censo demográfico 2010 confirmou essas tendências. Segundo Teixeira (2012), as estratégias realizadas no campo da Renovação Carismática Católica (RCC) não surtiram os efeitos desejados para reverter o declínio da religião majoritária do Brasil. Ele concorda com a estimativa feita por Alves, Barros e Cavengahi (2012) de que os católicos terão um índice menor que 50% até 2030 e de que haverá um empate com o grupo evangélico até 2040. Mas não chega a dizer que existe uma transição religiosa em curso. Na apresentação do livro *Religiões em movimento: o Censo de 2010*, Teixeira constata que

[...] não há como negar a força do referencial cristão na sociedade brasileira. Mas já se começa a perceber nele uma diversificação cada vez mais evidenciada. Junto com essa multiformidade interna ao campo cristão, verifica-se também uma pluralização religiosa cada vez maior, com visibilidade crescente. (2013, p. 25).

Enquanto os católicos encolheram, os evangélicos cresceram no outro polo cristão, como detalhado na análise de Mariz e Gracino Jr. (2013), com base nos dados da primeira década do século XXI, que mostra uma estabilização dos evangélicos tradicionais, um crescimento dos evangélicos pentecostais e neopentecostais e um crescimento ainda maior dos “evangélicos não determinados”. Embora os autores questionem até que ponto os dados dos “evangélicos genéricos” ou “evangélicos sem igreja” sejam confiáveis, eles consideram que os “evangélicos que não declaram sua denominação estão em um patamar intermediário entre os pentecostais e de missão, sugerindo que esse grupo pode ser uma mistura desses dois outros” (Mariz e Gracino Jr., 2013, p. 155).

Para entender a correlação de forças entre católicos e o conjunto dos evangélicos (tradicionais, pentecostais e indeterminados), Camurça (2013) busca analisar as tendências perguntando se haverá uma reversão, com os evangélicos superando os católicos, ou se se trata simplesmente de um aumento da pluralidade, da diversificação e da secularização do campo religioso brasileiro. Ou seja, existe uma dúvida se o Brasil vai passar por uma transição religiosa ou apenas um aumento da pluralidade das crenças. O autor mostra que existem alguns intelectuais de extração católica ou teólogos de igrejas protestantes que apoiam a visão da pluralidade, da diversidade e do trânsito religioso. Por outro lado, existem acadêmicos que apontam para uma mudança de hegemonia entre evangélicos e católicos.

Não há dúvida de que a mobilidade e o trânsito religioso são realidades cada vez mais comuns no Brasil. Mas assim como há quem duvide da continuidade das

tendências de mudança de hegemonia, há também autores que consideram que o Brasil esteja passando sim por uma transição religiosa dentro do campo cristão, com tendência de os evangélicos (em todas as suas dimensões e diversidade) superarem os católicos apostólicos romanos no território nacional nas duas ou três próximas décadas (Alves e Novellino, 2006; Teixeira, 2013; Alves *et al.*, 2014; Coutinho e Golgher, 2014). Camurça, por exemplo, considera que:

Uma das explicações mais de fundo para o decréscimo católico é a sua grande dificuldade para acompanhar as migrações internas que revolvem o Brasil contemporâneo. Onde os católicos mais diminuíram e os pentecostais e sem religião mais cresceram, são as regiões das periferias metropolitanas e as fronteiras de ocupação sem presença institucional católica. A estrutura eclesial católica centralizada e burocrática, centrada nas paróquias, não consegue acompanhar a mobilidade dos deslocamentos populacionais como as ágeis redes evangélicas (2013, p. 67).

Mas, independentemente do fato de haver reversão ou não da hegemonia denominacional, a crônica da queda da Igreja católica tem sido abordada sob diferentes ângulos, por diferentes autores. Para Camargo (1971), o declínio do catolicismo no Brasil estava ligado, no plano mais geral, ao desraizamento da população rural e ao processo de modernização do país: urbanização, industrialização e migração. Tudo isso teria possibilitado, segundo Pierucci, uma dinamização da concorrência entre os diferentes produtores e distribuidores religiosos em consequência da “desregulação republicana da esfera religiosa” (2008, p. 14). Ainda em uma linha weberiana, Novaes (2004) considera que o declínio do catolicismo tem relação com os ventos secularizantes que têm soprado sobre a sociedade brasileira, atingindo principalmente as parcelas mais jovens da população. Para Mariano, o declínio católico está ligado não só ao processo de secularização mas principalmente à emergência e à expansão do mercado religioso: “De modo que a desmonopolização e a destradicionalização religiosas estão associadas à pluralização religiosa e à intensificação da concorrência no e por mercado religioso, mas também à crescente opção individual de não filiar-se ou de se afastar de instituições religiosas” (2013, p. 120). Menezes traz outros motivos para esse declínio: “A Igreja Católica tem uma história milenar e uma estrutura que é simultaneamente permeável à convivência com a heterodoxia em suas margens internas, mas refratária a mudanças radicais que poderiam efetivamente colocá-la em diálogo com a modernidade” (2012, p. 13).

No campo evangélico, as denominações cresceram não só por meio da imigração, mas também em decorrência do trabalho de missões conversionistas estrangeiras e, posteriormente, em virtude da proliferação de igrejas nacionais independentes

(Brandão, 1988). Segundo Jacob *et al.* (2003), o crescimento dos evangélicos de missão foi menor que o dos pentecostais e a distribuição espacial desse grupo não corresponde à repartição da população total do país. Os três principais núcleos com forte presença dos evangélicos de missão estão ligados ao processo de colonização e abarcam a região serrana do Espírito Santo, o nordeste de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul. Os outros dois núcleos com forte presença são de migração recente: a microrregião de Cacoal, em Rondônia, e a de Japurá, no noroeste do Amazonas. Do ponto de vista demográfico, habitam mais as zonas urbanas, congregam mais mulheres que homens e mais adultos que jovens, além de estarem mais representados entre os brancos e os indígenas. Já a presença dos evangélicos pentecostais corresponde à distribuição da população total, embora estejam particularmente presentes nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Do ponto de vista demográfico, os pentecostais habitam mais as zonas urbanas que as rurais, congregam mais mulheres que homens, mais crianças e adolescentes que adultos e mais negros (pretos e pardos) e indígenas que brancos.

Entre os grandes estados brasileiros, o Rio de Janeiro é a Unidade da Federação mais avançada no processo de transição religiosa, sendo que a difusão das filiações pentecostais tem um padrão muito peculiar (partindo da periferia da região metropolitana para o restante do estado, seguindo a rota das grandes rodovias), conforme mostram Alves *et al.* (2014). Os autores trabalham com o referencial teórico da inovação-difusão e mostram que o processo de “customização” e “fidelização” encontrou terreno fértil entre os segmentos mais pobres da população, mas tende a se expandir para as demais camadas sociodemográficas da sociedade brasileira.

Sem dúvida, o pentecostalismo cresce na base da pirâmide social, mas a pobreza em si não explica sua expansão. Para Mariano (2001), a ideia de que o crescimento pentecostal se dá com base na conquista do migrante desenraizado e vivendo em situação de anomia no meio urbano tende a ser simplificadora. Também é pobre a equação que relaciona catolicismo com sociedade tradicional, patrimonialismo e sacralização e protestantismo com sociedade moderna, democrática e secular. O fato é que a transição religiosa no Brasil é um processo complexo e não cabe no escopo deste trabalho o aprofundamento de toda a discussão sociológica e antropológica sobre a forma como se dá o crescimento das correntes evangélicas.

De maneira sintética, o panorama religioso no Brasil atual foi assim apresentado por Pierucci: “secularização no plano jurídico-estatal => liberdade religiosa no plano individual => agito religioso no plano cultural” (2008, p. 15). Vale a pena lembrar as palavras de Prandi sobre a possibilidade de uma transição religiosa no Brasil e as mudanças culturais decorrentes desse processo:

Suponhamos, por fim, que o crescimento das religiões evangélicas as leve a suplantarem o catolicismo em número de seguidores. O evangelicalismo se tornaria a religião da maioria, o catolicismo, de uma minoria. Se isso acontecesse, a cultura brasileira se tornaria evangélica? Dificilmente. O evangelicalismo seria a religião de indivíduos convertidos, um a um, e não a religião que funda uma nação e fornece elementos formadores de sua cultura. O processo histórico dessa mudança seria diferente daquele que forjou a cultura católica na América. Nesse futuro hipotético, cuja factibilidade não está aqui em discussão, a condição dada para que o protestantismo superasse o catolicismo teria implicado, primeiro, a secularização do Estado – já completada no presente –, e depois, a secularização da cultura – que se encontra em andamento. Porque é com a secularização que os indivíduos tornam-se livres para escolher uma religião diferente daquela em que nasceram (2008, p. 170).

Sem dúvida, as transformações estruturais da sociedade brasileira (urbanização, industrialização, monetização, assalariamento, secularização etc.) tiveram uma influência na transição religiosa do país. Mas esse é apenas um lado da questão, pois as transformações institucionais também afetaram a dinâmica religiosa. O Estado laico e o sistema de proteção social e de direitos de cidadania, definidos na Constituição de 1988, favoreceram a pluralidade de opções religiosas. Nesse contexto, têm avançado a transição religiosa e a mudança de hegemonia entre os dois grandes grupos cristãos, cuja heterogeneidade e contornos espaciais serão tratados nas seções seguintes.

Tendências recentes e variações regionais

Existem diferentes maneiras de ver e interpretar o crescimento das correntes evangélicas e o decréscimo do catolicismo no Brasil, assim como o aumento da pluralidade. Qualquer que seja o ponto de vista, o fato é que a transição religiosa se acelerou no período de 1991 a 2010, apresenta ritmos diferenciados entre as áreas urbanas e rurais e tem claras discrepâncias regionais. Para a análise das mudanças do campo religioso, utilizamos os microdados da amostra dos censos demográficos das últimas três décadas, em que a pergunta sobre religião seguiu o mesmo procedimento, a partir de resposta espontânea à questão: “Qual é a sua religião ou culto?”, com as respostas classificadas *a posteriori*⁴. Além de distribuições em valores absolutos e relativos, utilizamos uma comparação direta com base na razão entre o número de evangélicos e católicos (REC)⁵.

4. No Censo demográfico de 2010, com a inclusão do Dispositivo Móvel de Captura (DMC) de dados, foi disponibilizada ao entrevistador uma lista previamente obtida na POF 2008/09, mas ainda se permitia a inserção de denominações não existentes na lista.

5. Os indivíduos definidos como “católicos” neste artigo foram aqueles classificados no grupo 11 – “católica apostólica romana” da respectiva variável nos censos. De forma análoga, foram definidos como

Constatamos que, na última década, pela primeira vez na história caiu o número absoluto de católicos, como pode ser visto na Tabela 1. No meio urbano houve crescimento absoluto mas redução relativa, enquanto no meio rural o declínio ocorreu em termos absoluto e relativo. Já os evangélicos apresentaram crescimento absoluto e relativo tanto nas áreas urbanas como rurais. Dessa forma, a razão entre evangélicos e católicos no Brasil passou de 10,8% em 1991 para 21% em 2000 e 34,3% em 2010.

TABELA 1

Número Absoluto de Católicos e Evangélicos, Taxa de Crescimento Anual e Razão entre Evangélicos e Católicos (REC), por Situação de Domicílio, Brasil: 1991-2010

ANOS SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	CATÓLICOS		EVANGÉLICOS		REC (%)
	População	Crescimento médio anual	População	Crescimento médio anual	
TOTAL					
1991	121 812 771		13 157 383		10,8
2000	124 980 132	0,29	26 184 941	7,95	21,0
2010	123 280 172	-0,14	42 275 440	4,91	34,3
URBANO					
1991	89 153 202		10 674 013		12,0
2000	98 475 959	1,11	22 736 910	8,77	23,1
2010	100 055 896	0,16	37 824 089	5,22	37,8
RURAL					
1991	32 659 569		2 483 370		7,6
2000	26 504 174	-2,29	3 448 031	3,71	13,0
2010	23 224 277	-1,31	4 451 350	2,59	19,2

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em 1991, a REC no meio urbano era de 12%, passou para 23,1% em 2000 e chegou a 37,8% em 2010, quase o dobro do que apresentou o meio rural (19,2%) neste último ano. Embora o crescimento dos evangélicos seja maior nas cidades, houve também crescimento no meio rural. Como apontado nas tendências ocorridas nos anos de 1990 e 2000, em outros estudos (Jacob *et al.*, 2003; Campos, 2008), a transição religiosa é um fenômeno geral, e continua a ocorrer de forma mais intensa e acelerada nas aglomerações urbanas, mas avança também no meio rural.

“evangélicos” aqueles classificados nos grupos de 21 a 49, que englobam tanto os evangélicos de matriz tradicional como os pentecostais e os não determinados.

A Tabela 2 mostra que a transição religiosa avançou e que os católicos caíram em termos relativos em todas as regiões, unidades da federação e em todos os períodos. Caíram também, em valores absolutos, entre 2000 e 2010 nas regiões Sudeste e Sul. Embora, em termos de volume, a região Sudeste tenha quase a metade de todos os evangélicos brasileiros, a região Norte, como já demonstrado para o ano 2000 em Campos (2008), é o território com maior crescimento relativo do grupo de evangélicos, pois a REC passou de 13,7% em 1991 para 27,7% em 2000 e 47% em 2010. Em seguida está a região Centro-Oeste com 45 evangélicos para cada cem católicos e, em terceiro lugar, a região Sudeste com 41,3 evangélicos para cada cem católicos. As regiões com menor relação entre evangélicos e católicos, em 2010, são o Sul (com REC de 28,8%) e o Nordeste (com REC de 22,7%).

Os dois estados mais adiantados na transição religiosa são Rondônia, que tinha uma REC de 29,3% em 1991, passou para 47,3% em 2000 e chegou a 71,1% em 2010, e o Rio de Janeiro, onde a REC, nos três censos, foi, respectivamente, de 20%, 39,5% e 64,1%. Ou seja, as maiores transformações na relação entre evangélicos e católicos ocorreram em estados com características econômicas, sociais e demográficas muito contrastantes, o que sugere cuidado com as explicações teóricas unidimensionais, apontando para a complexidade e a diversidade das transformações religiosas em curso no país.

Um pouco aquém de Rondônia e Rio de Janeiro, mas à frente da maioria dos outros estados brasileiros, aparecem Acre, Espírito Santo, Roraima e Amazonas com REC, em 2010, respectivamente, de 62,9%, 62,1%, 61,6% e 52,4%. Em todos esses casos, os evangélicos já representam mais da metade do contingente de católicos. Um dos motivos para o grande crescimento dos evangélicos nos estados da região Norte, segundo Jacob *et al.* (2003), foram as frentes migratórias e o processo de ocupação recente que não foi acompanhado por uma expansão das igrejas católicas.

Já o estado com a maior resiliência católica é o Piauí, que tinha uma REC de somente 3,1% em 1991, passou para 6,7% em 2000 e estava em 11,4% em 2010. Sergipe e Paraíba tinham RECs de 15,4% e 19,7% em 2010. Da região Nordeste, o estado mais adiantado na transição religiosa é Pernambuco (REC de 30,8% em 2010). Na região Sudeste, o estado com menor alteração na REC é Minas Gerais (com 28,7% em 2010). Na região Centro-Oeste as unidades mais avançadas no processo são Goiás (47,7% em 2010) e o Distrito Federal (47,5% em 2010), seguidos do Mato Grosso do Sul e, por último, do Mato Grosso. Os três estados da região Sul tinham uma REC entre um quarto e um terço, com a dianteira da transição cabendo ao Paraná.

Buscando um maior detalhamento geográfico, a Tabela 3, com dados para 2010, mostra a população e as filiações de católicos e evangélicos nas doze maiores regiões metropolitanas (RM) do Brasil (não inclui Brasília/DF), separando as capitais, ou

TABELA 2

Número Absoluto de Católicos e Evangélicos (por 1.000.000) e Razão entre Evangélicos e Católicos (REC), por Região e UFs, Brasil: 1991-2010

BRASIL REGIÃO E UF	1991			2000			2010		
	CATÓLICO	EVANGÉLICO	REC %	CATÓLICO	EVANGÉLICO	REC %	CATÓLICO	EVANGÉLICO	REC %
BRASIL	121,8	13,2	10,8	124,9	26,2	20,9	123,3	42,3	34,3
NO	8,4	1,1	13,7	9,2	2,6	27,7	9,6	4,5	47,0
RO	0,8	0,2	29,3	0,8	0,4	47,3	0,7	0,5	71,1
AC	0,4	0,0	11,1	0,4	0,1	29,9	0,4	0,2	62,9
AM	1,8	0,2	11,6	2,0	0,6	29,7	2,1	1,1	52,4
RR	0,2	0,0	12,7	0,2	0,1	33,8	0,2	0,1	61,6
PA	4,2	0,5	12,8	4,6	1,1	24,5	4,8	2,0	42,0
AP	0,2	0,0	12,9	0,3	0,1	25,5	0,4	0,2	44,0
TO	0,8	0,1	9,3	0,9	0,2	20,7	0,9	0,3	33,8
NE	37,9	2,0	5,2	38,2	4,9	12,8	38,3	8,7	22,7
MA	4,5	0,3	6,9	4,6	0,6	14,0	4,9	1,1	23,1
PI	2,4	0,1	3,1	2,6	0,2	6,7	2,7	0,3	11,4
CE	5,9	0,3	4,3	6,4	0,6	9,5	6,7	1,2	18,6
RN	2,2	0,1	4,6	2,3	0,2	10,7	2,4	0,5	20,3
PB	3,0	0,1	3,9	2,9	0,3	10,4	2,9	0,6	19,7
PE	6,1	0,5	8,2	5,9	1,1	18,2	5,8	1,8	30,8
AL	2,3	0,1	3,9	2,3	0,3	11,3	2,3	0,5	22,0
SE	1,3	0,1	4,3	1,5	0,1	8,8	1,6	0,2	15,4
BA	10,2	0,7	6,7	9,7	1,5	15,1	9,2	2,4	26,7
SD	50,3	6,4	12,8	50,1	12,7	25,3	47,8	19,8	41,3
MG	13,7	1,2	8,9	14,1	2,4	17,3	13,8	4,0	28,7
ES	1,9	0,5	23,4	2,0	0,8	39,6	1,9	1,2	62,1
RJ	9,3	1,8	20,0	8,0	3,2	39,5	7,3	4,7	64,1
SP	25,4	2,9	11,5	26,0	6,3	24,2	24,8	9,9	40,1
SU	18,4	2,6	14,0	19,4	3,8	19,8	19,2	5,5	28,8
PR	7,1	1,0	13,6	7,3	1,6	21,7	7,3	2,3	31,9
SC	3,9	0,5	13,5	4,3	0,8	18,6	4,6	1,3	27,4
RS	7,4	1,1	14,5	7,8	1,5	18,7	7,4	2,0	26,6
CO	7,6	1,0	13,9	8,0	2,2	27,3	8,4	3,8	45,0
MS	1,4	0,2	13,3	1,4	0,4	26,2	1,5	0,6	44,6
MT	1,7	0,2	13,4	1,8	0,4	22,8	1,9	0,7	38,7
GO	3,2	0,5	14,8	3,4	1,0	29,3	3,5	1,7	47,7
DF	1,2	0,2	13,1	1,4	0,4	29,5	1,5	0,7	47,5

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

TABELA 3

População (por 1.000) e Razão (em 100) entre Evangélicos e Católicos (REC) nas Doze Maiores Regiões Metropolitanas (RM), no Núcleo da RM e na Periferia da RM, 2010

CIDADES/RM	REGIÃO METROPOLITANA			CAPITAL/NÚCLEO DA RM			PERIFERIA DA RM		
	CATÓLICO (A)	EVANGÉLICO (B)	REC (B/A) %	CATÓLICO (A)	EVANGÉLICO (B)	REC (B/A) %	CATÓLICO (A)	EVANGÉLICO (B)	REC (B/A) %
TOTAL	35 552,1	16 597,6	46,7	20 195,5	8 316,4	41,2	15 356,6	8 281,2	53,9
São Paulo	11 120,0	4 856,9	43,7	6 549,8	2 487,8	38,0	4 570,2	2 369,1	51,8
Rio de Janeiro	5 293,2	3 381,0	63,9	3 229,2	1 477,0	45,7	2 064,1	1 904,0	92,2
Belo Horizonte	3 246,6	1 459,4	45,0	1 422,1	595,2	41,9	1 824,5	864,2	47,4
Porto Alegre	2 577,0	695,6	27,0	897,4	164,8	18,4	1 679,6	530,7	31,6
Fortaleza	2 478,3	772,4	31,2	1 664,5	523,5	31,4	813,8	248,9	30,6
Curitiba	1 988,6	80,4	40,4	1 088,3	424,6	39,0	900,3	379,5	42,2
Recife	1 856,2	1 057,6	57,0	835,3	384,3	46,0	1 020,9	673,3	66,0
Salvador	1 801,4	741,5	41,2	1 379,3	524,3	38,0	42,2	217,2	51,5
Campinas	1 660,5	745,6	44,9	636,7	273,8	43,0	1 023,8	471,8	46,1
Belém	1 268,4	632,1	49,8	863,1	397,8	46,1	40,5	234,3	57,8
Manaus	1 141,9	741,8	65,0	96,7	640,8	66,2	174,6	101,0	57,8
Goiânia	1 119,9	709,6	63,4	66,3	422,5	63,8	457,3	287,1	62,8

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010.

núcleos das regiões metropolitanas, e a periferia (região metropolitana menos a capital ou núcleo). Essas doze RM concentram 33,6% da população brasileira. Nota-se que a transição religiosa nesses grandes aglomerados (com REC de 46,7%) está mais avançada do que a média brasileira (34,3%) e a média das áreas urbanas (37,8%).

As maiores RECs estavam nas regiões metropolitanas de Manaus (65%), Rio de Janeiro (63,9%) e Goiânia (63,4%). As menores razões em Porto Alegre (27%) e

Fortaleza (31,2%). No núcleo das RMs, as maiores RECs estavam em Manaus (66,2%) e Goiânia (63,8%) e as menores também em Porto Alegre (18,4%) e Fortaleza (31,4%). Já nas periferias das regiões metropolitanas, o destaque cabe aos arredores do Rio de Janeiro, com REC de 92,2%. Isso quer dizer que os evangélicos estão quase ultrapassando o volume de católicos na periferia da “cidade maravilhosa”. Em seguida, aparece a periferia da RM de Recife (com REC de 66%). Ou seja, o entorno de Recife é a área mais avançada da transição religiosa no Nordeste, funcionando como ponto de difusão da evangelização na região. As únicas periferias de RM que possuem REC abaixo das respectivas capitais estavam em Manaus e Goiânia, exatamente as duas regiões metropolitanas, juntamente com a do Rio de Janeiro, mais avançadas na transição.

Uma síntese das diversas escalas do território metropolitano do Brasil é apresentada na Tabela 4. Fica ainda mais evidente que a transição religiosa que alcança um índice de 34,3% no Brasil chega a 41,2% nas capitais, a 46,7% nas doze maiores regiões metropolitanas do Brasil e alcança 53,9% nas periferias destas regiões. Esses resultados corroboram com os achados de Jacob *et al.* (2003), em que os evangélicos, em geral, e os pentecostais, em particular, marcam maior presença nas periferias das regiões metropolitanas. Mas há de se registrar que a presença evangélica ocorre em RMs de diferentes estágios de desenvolvimento, como Rio de Janeiro, Manaus e Goiânia.

TABELA 4
População e Razão entre Evangélicos e Católicos nas Doze Maiores Regiões Metropolitanas (RM), no Núcleo da RM e na Periferia da RM, 2010

CATEGORIAS	TOTAL	CATÓLICOS	EVANGÉLICOS	RAZÃO %
BRASIL	190 755 799	123 280 172	42 275 440	34,3
TOTAL 12 RM	64 126 340	35 552 105	16 597 577	46,7
TOTAL 12 capitais RM	35 353 430	20 195 536	8 316 374	41,2
TOTAL 12 periferias RM	28 772 910	15 356 569	8 281 203	53,9

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010.

Confirmando os dados apresentados, especialmente quanto à distribuição dos evangélicos e ao tamanho dos municípios (Tabela 5), observa-se que a REC é maior para aqueles municípios de médio porte, com população entre 100 mil a 999 mil, os quais, na maioria das vezes, compõem as regiões metropolitanas e suas periferias. A razão ainda é pequena nos municípios menores – dos quais muitos estão localizados em zonas rurais ou em regiões muito pobres –, que ainda possuem maioria católica.

Segundo Jacob *et al.* (2003), essa permanência elevada de católicos no meio rural deve-se, em parte, à imobilidade social existente ali.

TABELA 5
População (por 1.000) e Razão entre Evangélicos e Católicos (REC) Segundo Tamanho do Município, Brasil, 1991-2010

TAMANHO DO MUNICÍPIO	1991			2000			2010		
	CATÓLICO (A)	EVANGÉLICO (B)	REC (B/A) %	CATÓLICO (C)	EVANGÉLICO (D)	REC (D/C) %	CATÓLICO (E)	EVANGÉLICO (F)	REC (F/E) %
Mais de 4 milhões	11 422,9	1 489,2	13,0	10 720,6	2 834,9	26,4	9 779,0	3 964,8	40,5
1 a 3,999 milhões	11 714,6	1 562,1	13,3	12 452,5	3 230,1	25,9	13 186,3	5 628,7	42,7
500 a 999 mil	6 463,7	905,5	14,0	8 331,2	2 530,7	30,4	8 939,3	4 124,9	46,1
100 a 499 mil	24 883,9	3 538,5	14,2	27 437,6	7 447,5	27,1	28 488,9	12 734,2	44,7
50 a 99 mil	15 939,2	1 831,3	11,5	15 914,4	3 214,6	20,2	15 077,2	4 789,1	31,8
20 a 49 mil	24 303,9	2 367,4	9,7	22 963,8	3 658,8	15,9	22 642,1	5 842,6	25,8
Menos de 20 mil	27 638,7	2 338,5	8,5	27 701,9	3 510,8	12,7	25 167,4	5 191,1	20,6

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A Tabela 6 mostra que em 1991 havia apenas dezesseis municípios onde os evangélicos superavam os católicos. Todos esses municípios foram formados a partir da migração alemã e eram majoritariamente de filiação evangélica de missão, especialmente da igreja luterana: dois deles no estado do Espírito Santo (Laranja da Terra e Santa Maria de Jetibá); um no Paraná (Nova Santa Rosa); cinco no estado de Santa Catarina (Benedito Novo, Cunha Porã, Pomerode, Rancho Queimado e Schroeder); oito no estado do Rio Grande do Sul (Condor, Imigrante, Nova Petrópolis, Panambi, Paraíso do Sul, Quinze de Novembro, São Lourenço do Sul e Teutônia). A população desses municípios com maioria evangélica (de missão) somava um montante de 213,4 mil habitantes em 1991. Nesses dezesseis casos, considera-se que não se trata de transição, uma vez que eles já nasceram e desenvolveram-se com maioria evangélica.

No ano 2000, o número de cidades com maioria evangélica passou para 34 municípios, somando uma população de 336,7 mil habitantes: dezenove estavam no Rio Grande do Sul e tinham grande peso das igrejas luteranas. Mas surgiram municípios com forte presença pentecostal em outros estados, como Silva Jardim, único fluminense da lista de 2000. A transição religiosa em diversos desses 34 municípios

já se completou, pois eles tinham maioria católica em 1991 e passaram a ter maioria evangélica em 2000.

TABELA 6
População por Grupos Religiosos e Razão entre Evangélicos e Católicos (REC) Média nas Cidades com Maioria Evangélica, Brasil: 1991, 2000 e 2010

CIDADES COM MAIORIA EVANGÉLICA	POPULAÇÃO	CATÓLICO	EVANGÉLICO	REC MÉDIA %
16 cidades em 1991	213 361	81 983	128 691	183,1
34 cidades em 2000	336 736	128 363	184 927	178,6
73 cidades em 2010	4 475 612	1 520 180	1 790 399	158,7

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em 2010, o número de cidades com maioria evangélica passou para 73 municípios, dando um grande salto no volume populacional que passou para 4,5 milhões de habitantes. O Rio Grande do Sul continuou à frente no número de municípios com maioria evangélica com uma quantidade de 22 cidades. Já o Rio de Janeiro passou a liderar o processo de transição religiosa, pois atingiu vinte municípios com maioria evangélica, em especial cidades grandes como Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo (os vinte municípios fluminenses com maioria evangélica tinham uma população total de 3,5 milhões de habitantes em 2010). Em volume de população, o estado do Rio de Janeiro, especialmente a periferia da região metropolitana, encontra-se na dianteira da transição religiosa. O Espírito Santo tinha sete municípios com maioria evangélica em 2010 e os estados de São Paulo, Goiás e Pernambuco tinham respectivamente cinco, três e dois municípios cada. A maioria dos estados brasileiros passou a contar com pelo menos um município com maioria evangélica.

Distribuição espacial da transição religiosa nos municípios

Para melhor apreender a transição religiosa brasileira, esta seção está dedicada a uma análise espacial da expansão dos evangélicos em nível municipal. Para isso, foram selecionados os anos de 2000 e 2010, pois é quando essa expansão se dá com maior intensidade. Os Mapas 1 e 2 mostram a REC (em percentual) para os municípios brasileiros em 2000 e 2010, onde quanto mais clara a tonalidade de cinza, maior a proporção de católicos, e quanto mais escura, maior é a proporção de evangélicos no município.

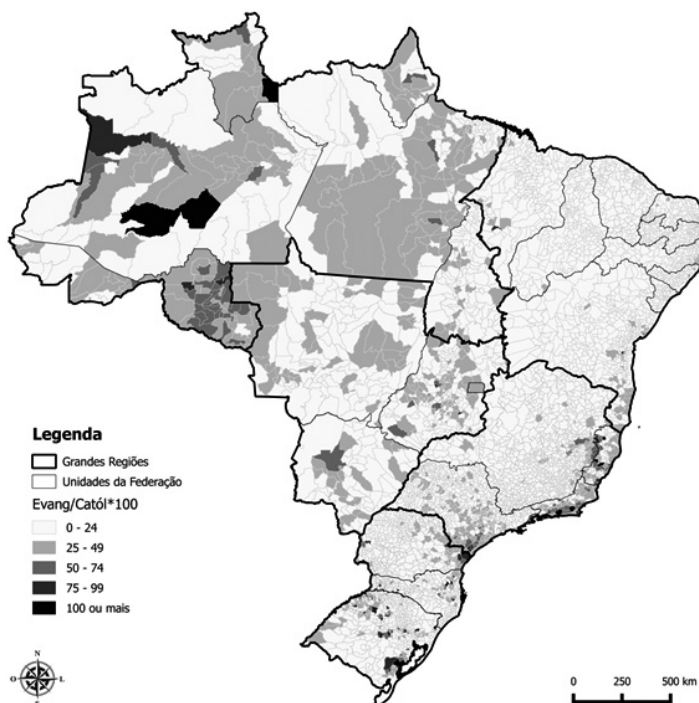
Com base na comparação visual (Mapas 1 e 2), nota-se o crescimento da razão entre evangélicos e católicos na maioria das localidades, mas em ritmos diferencia-

dos. As regiões Norte e Centro-Oeste, em termos percentuais, estão mais avançadas na transição religiosa, seguidas pelo Sudeste. Mas nesta última região, a transição está mais avançada em termos de volume populacional. A região Sul apresenta uma transição religiosa mais lenta, comparada com as anteriores. A região Nordeste, por outro lado, mostra maior capacidade de resistência dos católicos, embora os evangélicos apresentem avanços nos municípios próximos às capitais dos estados. A região Sudeste, pelo fato de ser a região mais populosa, mais urbanizada e com municípios de maior porte, está, em termos absolutos, na liderança do processo de transição religiosa, principalmente nos grandes municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Uma análise mais detalhada mostra que, na região Norte, dois municípios apresentavam razão de evangélicos sobre católicos acima de 100% em 2010, um em Rondônia e o outro em Roraima. A população total desses dois municípios era de 16,7 mil habitantes, sendo 6,2 mil católicos e 6,5 mil evangélicos. Já na região Nordeste (Mapa 2), havia três municípios com superioridade da presença evangélica sobre católicos ($REC > 100$), em 2010, sendo dois municípios em Pernambuco e um no Maranhão. No total, o volume populacional dos três municípios dessa região, em 2010, era de 66,9 mil habitantes, sendo 22,8 mil católicos e 25,8 mil evangélicos.

MAPA 1

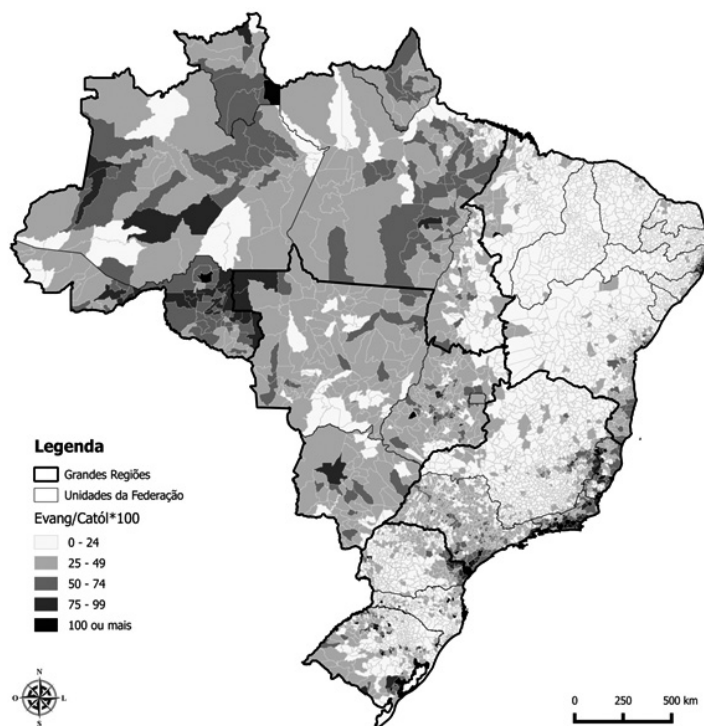
Razão de Evangélicos sobre Católicos (por 100) para os Municípios Brasileiros, 2000



Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000.

MAPA 2

Razão de Evangélicos sobre Católicos (por 100) para os Municípios Brasileiros, 2010



Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010.

No Sudeste havia 34 municípios com maioria evangélica comparada aos católicos, em 2010 (Mapa 2): dois municípios em Minas Gerais, cinco em São Paulo, sete municípios no Espírito Santo e vinte no Rio de Janeiro. O maior município onde já houve a transição ($REC > 100$) foi Duque de Caxias, com uma população total de 855 mil habitantes (299,9 mil católicos e 314,5 mil evangélicos) em 2010, seguido de Nova Iguaçu com 796 mil habitantes (263,5 mil católicos e 294,1 mil evangélicos).

Na região Sul, havia 31 municípios com REC maior do que cem em 2010 (Mapa 2). A grande maioria, 22 municípios, estava no Rio Grande do Sul, sete em Santa Catarina e dois no Paraná. O maior município onde houve a transição foi São Lourenço do Sul/RS, com uma população de 43 mil habitantes em 2010 (19,2 mil católicos e 20,9 mil evangélicos). Ou seja, na região Sul, de modo geral, a transição ocorreu em municípios pequenos, somando um volume de 224 mil habitantes em 2010 (90,9 mil católicos e 122,6 mil evangélicos). No Paraná, os municípios com transição estavam ao redor de Curitiba e na divisa com São Paulo. Em Santa Catarina e no

Rio Grande do Sul os municípios estavam espalhados pelo território do estado. Por fim, na região Centro-Oeste havia somente três municípios com maioria evangélica sobre católicos em 2010, todos eles no estado de Goiás (Mapa 2). Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não tinham municípios com transição completa ($REC > 100$), embora estejam avançados no processo. No Distrito Federal, os evangélicos já representavam 47,5% dos católicos em 2010. No total, o volume populacional dos três municípios onde os evangélicos superaram os católicos na região Centro-Oeste, em 2010, era de 8,7 mil habitantes (sendo 3,4 mil católicos e 4 mil evangélicos).

Olhando para o Brasil como um todo, mas com uma lente mais detalhada, pode-se perceber que a transição está mais avançada nas grandes cidades e nas periferias das grandes regiões metropolitanas. Mas existe uma faixa litorânea contínua que vai da região metropolitana de Salvador até Itajaí em Santa Catarina, avançando por todo o litoral, onde a transição está bastante adiantada, com destaque para a região metropolitana fluminense. Em São Paulo há uma faixa avançada na transição que ocupa quase todo o litoral e no sul do estado, em especial na microregião que envolve o município de Registro. Portanto, os evangélicos estão conquistando áreas crescentes do litoral.

Vale ainda destacar que no interior de São Paulo a transição vai da costa litorânea para o interior na direção do estado de Mato Grosso do Sul. Já nas regiões Nordeste e Norte e no nordeste de Minas Gerais há uma grande região (polígono da seca), predominantemente rural, onde a presença católica é muito forte.

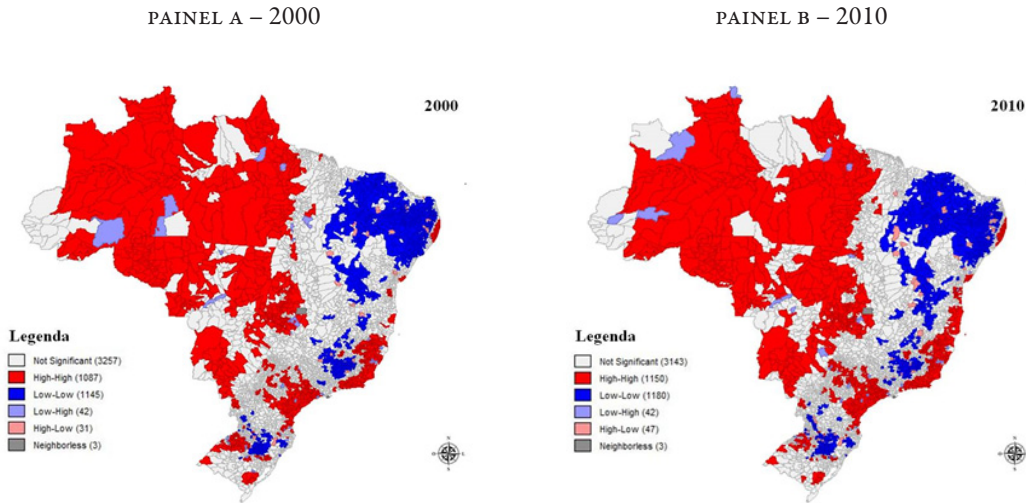
Análise espacial exploratória

As análises descritivas apresentadas nas seções anteriores já informam bastante sobre o processo de transição religiosa no Brasil e sua distribuição geográfica. Nesta seção serão apresentados os resultados da aplicação dos índices de Moran global e local – Lisa (Anselin, 1995, 1996), para buscar significância estatística nas relações observadas anteriormente. Esses índices permitem avaliar hipóteses de autocorrelação espacial no processo de difusão e transição religiosa, em que os municípios vizinhos tenderiam a ser mais parecidos com relação ao valor da REC. Para o índice de Moran local, utilizamos a matriz de vizinhança como sendo aquela em que vizinhos são municípios que compartilham fronteiras (primeira ordem).

Em primeiro lugar, é importante destacar que na análise do índice de Moran global, que mede correlação para todo o país, foi detectado que a razão de evangélicos/católicos apresentava uma autocorrelação espacial positiva significativa ($p < 0,01$) de = 0,66 em 2000 e = 0,68 em 2010. Isto é, aponta que existe uma dependência estatística significativa no valor da REC dos municípios no país.

MAPA 3

Agrupamentos de Municípios com Base na Razão Evangélicos/Católicos (Índice de Moran Local), Brasil, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010.

A análise mais detalhada das correlações espaciais, realizada com Lisa, identificou grupos de municípios com tipos de associações distintas e significativas em grande parte do território (Mapa 3, Painel A para 2000 e B para 2010). Este método de agrupamento utilizado (Lisa) informa sobre diferentes tipos de associações: *alto-alto*, quando a REC em um município e em seu vizinho são altas; *baixo-baixo*, quando nos dois municípios são baixas; e os casos que usualmente são denominados de *outliers*: *alto-baixo*, quando a razão em um município é alta e em seus vizinhos é baixa, e vice-versa para a categoria *baixo-alto*. Os demais municípios são classificados como *não significantes*, ou seja, são municípios rodeados por outros com razões elevadas e razões baixas simultaneamente, não apresentando uma tendência espacial clara.

Os resultados mostrados no Mapa 3 confirmam com significância estatística algumas tendências encontradas nas análises descritivas anteriores, revelando conglomerados de municípios que, juntamente com seus vizinhos, apresentam baixo percentual de evangélicos comparado aos católicos (*baixo-baixo*), especialmente no interior do Nordeste, interior de Minas Gerais e partes da região Sul. Por outro lado, é possível verificar grandes agrupamentos de municípios onde a participação relativa dos evangélicos em relação aos católicos é alta (*alto-alto*), como em grande parte da região Norte, em parte do litoral do Nordeste, em uma grande faixa ao longo de litoral do Sudeste – desde o Espírito Santo até São Paulo, com destaque para o estado do Rio de Janeiro, e em partes da região Sul.

TABELA 7

Número de Municípios e Estatísticas Descritivas da Razão Evangélicos/Católicos (REC) por 100 por Tipo de Agrupamentos (Lisa), Brasil, 2000 e 2010

ANO E ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA REC	TIPO DE AGRUPAMENTOS				
	NÃO SIGNIFICANTE	ALTO-ALTO	BAIXO-BAIXO	BAIXO-ALTO	ALTO-BAIXO
2000					
N. de municípios	3 257	1 087	1 145	42	31
Razão evangélicos/católicos (REC)					
Média	14,88	36,1	4,6	8,7	16,3
P25	8,5	22,0	2,7	7,3	12,9
Mediana	12,9	29,3	4,1	9,5	14,1
P75	18,4	40,4	6,2	10,6	16,6
Mínimo	0,0	12,1	0,0	0,0	12,1
Máximo	664,3	382,0	11,8	11,9	38,8
2010					
N. de municípios	3 143	1 150	1 180	42	47
Razão evangélicos/católicos (REC)					
Média	23,8	52,0	8,8	16,1	26,4
P25	14,1	35,3	5,7	13,8	21,6
Mediana	20,5	45,6	8,3	17,5	22,9
P75	29,0	61,0	11,3	19,2	26,4
Mínimo	0,4	20,1	0,7	9,0	20,1
Máximo	1 104,8	368,7	20,0	19,8	82,3

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Adicionalmente, a comparação das áreas em 2000 e 2010 evidencia que os agrupamentos já conformados em 2000, com o mesmo comportamento de alta participação de evangélicos na vizinhança, se expandem em número de municípios no agrupamento em 2010 (Mapa 3). Esse movimento é percebido principalmente no oeste de São Paulo em direção a Mato Grosso, assim como uma expansão no litoral, entre Espírito Santo e Bahia.

Para caracterizar melhor os movimentos de ampliação da participação relativa dos evangélicos, a Tabela 7 apresenta algumas estatísticas descritivas em nível municipal para a distribuição da REC estatisticamente significativa, de municípios que se assemelham aos seus vizinhos ou se distanciam deles. O confronto dos dados de 2000 e 2010 corrobora uma possível transição da participação de evangélicos comparados aos católicos, visto que na média (e em todas as demais estatísticas descritivas) a REC tem um aumento expressivo em uma década para áreas que foram identificadas como de “alta-alta”, passando de 50% em média em 2000 e chegando a 61% para o último quartil da distribuição. De fato, para todos os grupos, tanto a média, quan-

to a mediana e o segundo e terceiro quartos da distribuição apresentam aumento na década, mesmo que na média os agrupamentos ainda mostrem uma parcela de católicos maior que a de evangélicos.

Interessante observar os casos de municípios que estão cercados por outros com comportamento distinto com relação à variável REC. Aqueles nos grupos de baixa REC perto de alta REC se mantêm em número de 42 municípios nos dois períodos. Já aqueles com alta REC que são vizinhos rodeados por outros com baixa REC passam de 31 para 47 municípios no período, mostrando que, mesmo onde há uma tendência à maior participação de católicos na população, os evangélicos têm crescido de maneira importante (Tabela 7).

Considerações finais

A pós-modernidade – entendida como modernidade líquida ou tardia – tem promovido fraturas na solidez das antigas relações sociais, o que tem trazido desafios crescentes ao catolicismo no mundo e, particularmente, na América Latina. Depois de quinhentos anos, o domínio católico no Brasil está sob risco. A compreensão do mundo e as formas concretas da vida religiosa não são insensíveis às mudanças das relações sociais e às transformações do modo de produção e consumo. O mundo atual está colocando constantemente em xeque a aceitação simples da tradição, ao mesmo tempo que introduz valores estranhos às perspectivas originais.

As práticas religiosas em uma estrutura social rígida, estática ou pouco dinâmica, prevalentes na sociedade agrária e rural, em geral, apresentam dificuldade de se adaptarem às situações de fluidez, instantaneidade e mobilidade do presente: “ao processo da aceleração do tempo na modernidade tardia parece corresponder a ênfase em experiências instantâneas, e de plenitudes emocionalmente sentidas, como é o caso de experiências extáticas em geral e do ‘batismo no Espírito Santo’ em especial” (Renders, 2015, p. 428).

O Brasil passa por diversas transformações em suas múltiplas dimensões socio-culturais que influenciam e são influenciadas pela transição religiosa. O objetivo deste texto foi fornecer um panorama geral das mudanças na correlação de forças entre católicos e evangélicos no Brasil, entre 1991 e 2010, focando na análise da distribuição espacial desse processo na última década.

A análise descritiva mostrou que os evangélicos estão em processo de expansão e os católicos de retração no Brasil. Dos 4 492⁶ municípios existentes em 1991, a REC (indicador da transição entre os dois grandes grupos cristãos) aumentou em

6. Um total de 1 074 municípios foram criados depois de 1991.

4 415 municípios e diminuiu em apenas 77 municípios, no período compreendido entre 1991 e 2010. Ou seja, os evangélicos aumentaram sua participação em 98,3% das cidades e os católicos avançaram em apenas 1,7% dos municípios brasileiros.

O padrão espacial da transição religiosa tem sua parte mais avançada no arco periférico das maiores regiões metropolitanas do país, seguindo os núcleos destas mesmas regiões, avançando pelas cidades de maior porte populacional, seguindo para as cidades menores e apresentando as menores RECs nas áreas rurais, especialmente na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e na região Sul.

A unidade da federação mais adiantada na transição religiosa é Rondônia (com uma REC de 71,1%); o estado do Rio de Janeiro vem em segundo lugar (com REC de 64,1%). Mas em termos de volume populacional, pode-se afirmar que a periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro (municípios da RM menos a capital) está liderando o processo de transição religiosa no país. No total dos 34 municípios fluminenses, onde ocorreu reversão da maioria religiosa (REC > 100), havia uma população de 4,2 milhões de habitantes, sendo 1,4 milhão de católicos, 1,6 milhão de evangélicos e 1,2 milhão de outras religiões e de pessoas que se declararam sem religião.

Entre as cidades mais prováveis de completar a transição religiosa entre 2010 e 2020 (aquelas em que a REC, em 2010, estava com percentuais entre 75% e 100%), havia 112 municípios que representavam uma população total de 7,6 milhões de habitantes no último censo. Ou seja, a quantidade de municípios em que a REC supera os 100% pode aumentar muito em 2020, acelerando o processo de transição entre os dois maiores grupos religiosos do país. Além disso, a análise da estatística espacial revelou a existência de agrupamentos municipais ao longo do território nacional, ou seja, a distribuição da razão evangélicos/católicos em nível municipal não é aleatória, pois municípios vizinhos⁷ tendem a ser consideravelmente mais parecidos de forma significativa.

Apesar disso, não é possível prever se o crescimento dos evangélicos atingirá um teto e se o decréscimo dos católicos terá um piso mínimo. Mas, independentemente de completar-se ou não a reversão da hegemonia entre os dois maiores grupos religiosos brasileiros, as mudanças na distribuição das filiações religiosas têm ocorrido de forma acelerada, embora de maneira diferenciada no tempo e no espaço. O crescimento evangélico é um fenômeno amplo e geral, mas é mais intenso nas periferias das regiões metropolitanas e nas áreas de fronteira agrícola e de colonização recente, particularmente na região Norte.

7. Nessa análise foram considerados como matriz de vizinhança os municípios contíguos que dividiam fronteiras (vizinhos de primeira ordem), não importando a extensão territorial destes.

Uma pesquisa do Instituto Datafolha (2013), feita às vésperas da visita do papa Francisco ao Brasil, mostra que, ao contrário dos evangélicos, os católicos estão se tornando menos numerosos e menos fiéis (vão pouco às missas). Entre os católicos brasileiros, 28% costumavam ir à missa uma vez por semana, 17% costumavam ir à missa e a outros serviços religiosos mais de uma vez por semana, 21% disseram ir à igreja uma vez por mês e 7% assumiram que não a frequentavam. Os números também apontam que 34% dos católicos tinham o hábito de contribuir financeiramente com a Igreja, com um valor médio mensal de R\$ 23,00. Porém, entre os evangélicos pentecostais, 63% iam à igreja mais de uma vez por semana, 52% contribuíam financeiramente com um valor médio do dízimo de R\$ 69,10 mensais. Entre os evangélicos não pentecostais, 51% iam à igreja mais de uma vez por semana, 49% contribuíam financeiramente com um valor médio de R\$ 85,90 mensais. Nota-se, portanto, que os evangélicos frequentam suas igrejas com mais intensidade e contribuem com um valor monetário mais alto para as atividades religiosas. Uma nova pesquisa, divulgada no dia 25 de dezembro de 2016, reforça as tendências acima e indica, na série histórica do Instituto Datafolha, que a transição religiosa se acelerou na atual década.

A combinação de ativismo religioso (maior evangelização) e expansão numérica nos locais relativamente mais dinâmicos em termos socioeconômicos do país tende a fortalecer o processo de transição religiosa, analisada pelo aumento da variável REC. Evidentemente ninguém sabe com certeza como será o futuro, mas se as tendências das últimas três décadas se repetirem, as três próximas décadas apontam para uma mudança de hegemonia entre católicos e evangélicos em um futuro não muito distante. Ou seja, os evangélicos podem ultrapassar os católicos na primeira metade do século XXI, obtendo maioria simples e não necessariamente maioria absoluta da população. Paralelamente à mudança de hegemonia entre os dois grupos cristãos haverá também o aumento da pluralidade religiosa, em decorrência do crescimento das demais religiões não cristãs e do aumento do grupo de pessoas sem religião.

O ano de 2017 marca os cinco séculos da Reforma Protestante. Na maior parte desse tempo o catolicismo permaneceu forte na América Latina. Todavia, no século XXI, o Brasil pode presenciar uma mudança de hegemonia entre os dois grandes grupos cristãos e uma maior pluralidade religiosa. As causas e as consequências desse fenômeno são complexas e o acompanhamento desse processo é fundamental para o entendimento da nova configuração da sociedade brasileira. Considerando o fortalecimento do Estado de Direito, a laicidade do Estado e a secularização da sociedade, a livre competição entre as organizações religiosas – evitando o sectarismo, os preconceitos e ampliando a oferta de serviços – pode contribuir para que o Brasil se torne um país mais dinâmico culturalmente. Essa é uma das possibilidades da transição religiosa no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, R. (2008), "Os pentecostais serão maioria no Brasil". *Revista de Estudos da Religião*, ano 8: 48-58.
- _____. & BARBOSA, R. (2015), "Transição religiosa no Brasil". In: ARRETCHE, M. (org.). *Trajatórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 335-365.
- _____. & MONTERO, P. (2001), "Trânsito religioso no Brasil". *São Paulo em Perspectiva*, 3 (15): 92-101.
- ALVES, J. E. D & NOVELLINO, M. S. F. (2006), "A dinâmica das filiações religiosas no Rio de Janeiro (1991-2000): um recorte por educação, cor, geração e gênero". In: PATARRA, N. *et al.* (orgs.). *A Ence aos 50 anos, um olhar sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ence/IBGE, vol. 1, pp. 275-308.
- _____. *et al.* (2012), "A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia". *Rever*, 2 (12): 145-174. Disponível em <http://dx.doi.org/10.21724/rever.v12i2.14570>.
- _____. *et al.* (2014), "A transição religiosa brasileira e o processo de difusão das filiações evangélicas no Rio de Janeiro". *Revista Horizonte*. Dossiê: Religião e Demografia, 36 (12): 1055-1085. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5752/P.2175-5841.2014v12n36p1055>.
- ANSELIN, L. (1995), "Local indicators of spatial association: Lisa". *Geographical Analysis*, 27: 93-115.
- _____. (1996), "The Moran scatterplot as an Esda tool to assess local instability in spatial association". In: FISCHER, M. *et al.* (eds.). *Spatial analytical perspectives on GIS in environmental and socio-economic sciences*. Londres, Taylor and Francis, pp. 111-125.
- BASTIDE, R. (1971), *As religiões africanas no Brasil: contribuições a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo, Pioneira.
- BIRMAN, P. & LEITE, M. P. (2002), "O que aconteceu com o antigo maior país católico do mundo?". In: BETHELL, L. *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BRANDÃO, C. R. (1988), "Ser católico: dimensões brasileiras: um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião". In: SACHS, V. *et al.* *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro, Graal.
- CAMARGO, C. P. (1971), *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo, Cebrap.
- CAMPOS, L. S. (2008), "Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2007". *Revista de Estudos da Religião (Rever)*, ano 8: 9-47.
- CAMPOS, R. B. C. & REESINK, M. L. (2011), "Mudando de eixo e invertendo o mapa: para uma antropologia da religião plural". *Religião e Sociedade*, 1 (31): 209-227.
- CAMURÇA, M. A. (2013), "O Brasil religioso que emerge do Censo de 2010: consolidações,

- tendências e perplexidades”. In: TEIXEIRA, F & MENEZES, R. (orgs.). *Religiões em movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- COUTINHO, R. Z & GOLGHER, A. B. (2014), “The changing landscape of religious affiliation in Brazil between 1980 and 2010: age, period, and cohort perspectives”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 1 (31): 5-23.
- DECOL, R. D. (1999), “Mudança religiosa no Brasil: uma visão demográfica”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 1 (16): 121-137.
- FAUSTO, B. (1995), *História do Brasil*. São Paulo, Edusp.
- FERNANDES, S. R. A. (2015), “Sociologia da religião, pluralismos e intolerâncias: pautas contemporâneas”. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, 2 (5): 289-308.
- FRESTON, P. (2010), “As duas transições futuras: católicos, protestantes e sociedade na América Latina”. *Ciências Sociais e Religião*, 12 (12): 13-30.
- GIDDENS, A. (1991), *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora da Unesp.
- IBGE (1991, 2000, 2010), *Microdados dos censos demográficos*.
- JACOB, C. R. et al. (2013), *Religião e território no Brasil: 1991/2010*. Rio de Janeiro, Editora da PUC-Rio.
- JACOB, C. R. et al. (2003), *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora da PUC-Rio/Loyola.
- LIVI-BACCI, M. (2002), “500 anos de demografia brasileira: uma resenha”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 1 (19): 141-159.
- MAFRA, C. (2001), *Os evangélicos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (2013), “Números e narrativas”. *Debates do NER*, 24 (14): 13-25.
- MARIANO, R. (2001), “Balanço da teoria sociológica clássica sobre o crescimento pentecostal”. Trabalho apresentado no III Simpósio Nacional de História das Religiões, São Paulo.
- _____. (2013), “Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010”. *Debates do NER*, 24 (14): 119-137.
- MARIZ, C. L. (2013), “O que precisamos saber sobre o censo para poder falar sobre seus resultados? Um desafio para novos projetos de pesquisa”. *Debates do NER*, 24 (14): 39-58.
- _____ & GRACINO JR., P. (2013), “As igrejas pentecostais no Censo de 2010”. In: TEIXEIRA, F. & MENEZES, R. (orgs.). *Religiões em movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis, Vozes.
- MENEZES, R. (2012), “Censo 2010, fotografia panorâmica da vida nacional: entrevista a Thamiris Magalhães, São Leopoldo”. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, ano XII (400): 10-13.
- NERI, M. (2007), *Economia das religiões*. Rio de Janeiro, FGV/Ibce, CPS, 2007.
- NOVAES, R. (2004), “Os jovens ‘sem religião’ – ventos secularizantes, ‘espírito de época’ e novos sincretismos: notas preliminares”. *Estudos Avançados*, 52 (18): 321-323.
- PEW RESEARCH CENTER. (2014), “Religion in Latin America: widespread change in a historically catholic region”. Disponível em <http://www.pewforum.org/2014/11/13/religion-in-latin-america/>, consultado em 25/3/2016.

- PIERUCCI, A. F. (2008), “De olho na modernidade religiosa”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 2 (20): 9-16.
- _____. & PRANDI, R. (1996), *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- POTTER, J. E. *et al.* (2014), “The growth of Protestantism in Brazil and its impact on male earnings 1970-2000”. *Social Forces*, 1 (93): 125-153.
- PRANDI, R. (2008), “Converter indivíduos, mudar culturas”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 2 (20): 155-172.
- RENDERS, H. (2015), “A experiência religiosa pós-moderna e o fenômeno da aceleração em comparação com as temporalidades pré-moderna e moderna”. *Revista Horizonte*, 37 (13): 428-445.
- SANCHIS, P. (1997), “O campo religioso contemporâneo no Brasil”. In: ORO, A. R. & STEIL, C. A. *Globalização e religião*. Petrópolis, Vozes, pp. 103-116.
- _____. (2012), “Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas” [entrevista]. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, ano XII (400): 5-8.
- STEIL, C. A. (2013), “Mapas e hologramas como metáforas para pensar os dados sobre religião no Censo do IBGE de 2010: comentários ao texto ‘Números e narrativas’, de Clara Mafra”. *Debates do NER*, 24 (2): 29-37.
- TEIXEIRA, F. (2012), “O campo religioso brasileiro na ciranda dos dados” [entrevista]. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, ano XII (400): 14-17.
- _____. & MENEZES, R. (orgs.). (2013), *Religiões em movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis, Vozes.
- WEBER, M. (1967), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira.

Resumo

Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil

A população brasileira vive uma grande transformação no perfil religioso. Por um lado, há um aumento da pluralidade religiosa e, por outro, uma tendência de mudança de hegemonia entre católicos e evangélicos. O objetivo deste artigo é focar nesse segundo aspecto do fenômeno transicional, fornecendo um panorama da transição religiosa brasileira entre 1991 e 2010, a partir de um indicador sobre a razão entre evangélicos e católicos (REC). Além da análise descritiva da distribuição geográfica nos níveis municipal e regional, apresentam-se mapas municipais da REC em 2000 e 2010, mostrando as mudanças ocorridas no período, assim como uma análise de autocorrelação espacial local. O artigo contribui para o entendimento da evolução espacial da transição religiosa entre os dois grandes grupos cristãos no Brasil.

Palavras-chave: Transição religiosa; Católicos; Evangélicos; Brasil.

Abstract

Spatial distribution of the Brazilian religious transition

A large transformation in the population religious profile in Brazil is under way. From one side there is an increase of religious plurality and, from another, a tendency to a shift in the Catholics hegemony over Evangelicals. The objective of this paper is to provide an overview of Brazilian religious transition between 1991 and 2010, focusing on the ratio of Evangelicals over Catholics (REC). Additionally to a spatial distribution descriptive analysis, at regional and municipal levels, municipal maps of this ratio in 2000 and 2010 are presented, also including a local spatial autocorrelation analysis. Results indicate how this process have been evolving spatially and indicates the future pathway of the religious transition between these two large Christian groups in Brazil. Keywords: Religious transition; Catholics; Evangelicals; Brazil.

Texto recebido em 11/3/2016 e aprovado em 3/8/2016. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.112180.

JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES é professor/pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E-mail: jed_alves@yahoo.com.br.

SUZANA MARTA CAVENAGHI é professora/pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E-mail: suzana_cavenaghi@uol.com.br.

LUIZ FELIPE WALTER BARROS é doutorando do Programa de Pós-graduação População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E-mail: lfelipewb@gmail.com.

ANGELITA ALVES DE CARVALHO é professora/pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E-mail: litaacarvalho@yahoo.com.br.